

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES DA PREFEITURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE/SE.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Justifica-se a aquisição pretendida devido à necessidade de suprir a demanda de consumo na manutenção dos veículos da Frota do Município do Município de Brejo Grande, neste caso de pneus, para garantir a segurança dos usuários e motoristas que utilizam os veículos de maneira que atendam padrões recomendados pelas montadoras, que tenham procedência, que estejam dentro dos parâmetros recomendados constantes no manual do fabricante dos respectivos veículos da frota municipal, bem assim da manutenção preventiva de estabelecidas pelo **INMETRO**, produto também certificado pelo Instituto de Qualidade Automotiva (**IQA**). Levando em consideração também, que, os pneus em uso, quando atingem o limite de rodagem com desaparecimento dos sulcos, precisam ser substituídos, para garantir a estabilidade desses veículos e, consequentemente a segurança no momento de serem utilizados.

2.1.2. Ressalta-se que a utilização de pneus em boas condições é exigência legal para circulação, em conformidade com o código de trânsito brasileiro (lei nº 9.503/1997), além de representar medida de prevenção de acidentes.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO/MODELO DE PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	PNEU 18.4 R 34 , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando	un	8	R\$ 3.750,50	R\$ 30.004,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

	solicitado e conveniente para esta administração.				
2.	PNEU 12.5/80 R18 PR 12 , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração.	un	16	R\$ 2.866,97	R\$ 45.871,52
3.	PNEU 17.5/25 PN 16 LONAS , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração.	un	8	R\$ 4.840,00	R\$ 38.720,00
4.	PNEU 185/65 R15 88H , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração.	un	100	R\$ 492,07	R\$ 49.207,00
5.	PNEU 175/65 R14 82T , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração.	un	16	R\$ 386,63	R\$ 6.186,08
6.	PNEU 195/55R16 87V , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração.	un	20	R\$ 501,33	R\$ 10.026,60

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

7.	PNEU 275/80 22,5 PR 16 MISTO , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração. AMPLA PARTICIPAÇÃO	un	30	R\$ 2.570,33	R\$ 77.109,90
8.	PNEU 275/80 22,5 PR 16 MISTO , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração. RESERVA DE COTA PAR ME/EPP	un	10	R\$ 2.570,33	R\$ 25.703,30
9.	PNEU 215/65 R16C , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração.	un	16	R\$ 911,33	R\$ 14.581,28
10.	PNEU 14.9 R 24 , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração.	un	8	R\$ 2.308,28	R\$ 18.466,24
11.	PNEU 6.00/16 10 LONAS , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração.	un	16	R\$ 869,49	R\$ 13.911,84
12.	PNEU 750 R16 , novo, não remanufaturado, não	un	10	R\$ 1.031,75	R\$ 10.317,50

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

	recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração.				
13.	PNEU 19.5/24 L24 PR12 , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração.	un	16	R\$ 4.428,33	R\$ 70.853,28
14.	PNEU 235/75R17.5 PR 16 RADIAL , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração.	un	36	R\$ 1.330,67	R\$ 47.904,12
15.	PNEU 175/70 R14 , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração.	un	16	R\$ 491,17	R\$ 7.858,72
16.	PNEU 185/60 R15 , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração.	un	16	R\$ 486,25	R\$ 7.780,00
17.	PNEU 19.5 R 24 , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto	un	12	R\$ 5.483,50	R\$ 65.802,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

	(asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração. AMPLA PARTICIPAÇÃO				
18.	PNEU 19.5 R 24 , novo, não remanufaturado, não recauchutado e não remoldado, para veículo automotivo tipo estrutura carcaça radial, misto (asfalto/terra) tipo borrachudo, sem câmara, com certificação do instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia (INMETRO), prazo de garantia de cinco anos, prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.; incluído a troca e rodízio de pneus, bem como alinhamento e balanceamento, sempre quando solicitado e conveniente para esta administração. RESERVA DE COTA PARA ME/EPP	un	4	R\$ 5.483,50	R\$ 21.934,00
Valor Global					R\$ 562.237,38

3.1. O quantitativo acima estabelecido nos **itens (08 e 18 - Reserva de Cota ME/EPP)** corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do total estimado dos **itens (07 e 17 - ampla participação)** destinados exclusivamente a participação de microempresas – ME' e/ou Empresas de Pequeno Porte – EPP's, e aos quais somente essas poderão participar, **assim como os demais itens**, em atendimento ao disposto, Art. 48 Incisos I e III da Lei Complementar nº 123/2006;

3.2. Em não havendo a participação de ME's e/ou EPP's, ou vice versa, não havendo a ampla participação, os percentuais acima estabelecidos reverter-se-ão, automaticamente às demais licitantes participantes (ME's e/ou EPP's ou ampla participação) nos preços pelas mesmas ofertados, em conformidade com o Art. 49 da mesma lei complementar 123/2006.

3.3. **DA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA**

3.3.1. Nos termos do §1º, do artigo 58 da Lei Federal n.º 14.133/2021, deverá ser prestada Garantia, no ato do cadastramento da Proposta, limitada a 1% (um inteiro por cento) do valor estimado do objeto da contratação, no valor estabelecido pelo Município de **R\$ 5.622,37 (cinco mil, seiscentos e vinte dois reais trinta e sete centavos)**, sob uma das modalidades previstas no parágrafo 1.º do artigo 96 da Lei Federal 14.133/2021; que poderá ser feita por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

3.3.2. A Garantia de Proposta prestada em moeda corrente nacional deverá ser depositada no Banco do Brasil, Agência 2337-X, conta corrente nº 44920-2, de titularidade da Prefeitura Municipal de Brejo Grande, CNPJ / MF nº. 13.110.903/0001-77;

3.3.3. A prova de prestação da garantia de proposta prestada em moeda corrente nacional se dará via comprovante de realização do depósito bancário, devidamente autenticado pelo banco recebedor, identificado como **"garantia da proposta o número do Pregão Eletrônico"**.

3.3.4. Garantia da Proposta apresentada na modalidade de Título da Dívida Pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

3.3.5. A Garantia da Proposta apresentada na modalidade de Seguro-Garantia será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia, conforme obrigações legais;

3.3.6. A Garantia de Proposta apresentada na modalidade de Fiança Bancária deverá ser emitida por instituição bancária devidamente constituída e autorizada a operar no Brasil, devendo ser apresentada na sua forma original e estar acompanhada da comprovação dos poderes de representação do responsável pela assinatura do documento;

3.3.7. A Garantia de Proposta deverá ter a Prefeitura Municipal de Brejo Grande como beneficiário e a Proponente como tomadora, devendo possuir prazo mínimo de vigência de 60 (sessenta) dias a contar da data-limite para apresentação das propostas, devendo ser prorrogado o seu prazo de vigência pelo menos 15 (quinze) dias antes de seu vencimento, às expensas da própria Proponente, caso expire antes do prazo previsto para assinatura do contrato, sob a pena de inabilitação da Proponente;

3.3.8. A Garantia de Proposta poderá ser executada pela Prefeitura Municipal de Brejo Grande, mediante prévia notificação, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital e na legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:

- Inadimplemento total ou parcial, por parte da Proponente, das obrigações por ela assumida em virtude de sua participação na presente licitação;
- Não cumprimento, pela Adjudicatária, das obrigações prévias à celebração do Contrato;
- Não celebração do Contrato por razões imputáveis à proponente;
- Caso a Proponente pratique atos visando frustrar os objetivos do certame;
- Para cobertura de multas, penalidades e indenizações eventualmente devidas pela Proponente à Contratante, em virtude de sua participação na presente licitação, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades e da responsabilização residual pelo valor que extrapolar a Garantia de Proposta.

3.3.9. Proponentes que deixarem de prestar Garantia de Proposta ou que prestarem em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital serão declaradas inabilitadas do presente certame;

3.3.10. É vedada qualquer modificação nos termos e condições da Garantia de Proposta após a sua apresentação;

3.3.11. A Garantia de Proposta não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelo tomador da garantia relativamente à participação na presente licitação, sob a pena de nulidade da Garantia de Proposta e inabilitação da Proponente.

3.3.12. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

3.13. DO ÓRGÃO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

3.13.1. O órgão Gestor da Ata de Registro de Preços:

3.13.1.1. Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Administração de Brejo Grande/SE (CNPJ nº. 13.110.903/0001-77);

3.13.2. Os órgãos Participantes:

3.13.2.1. Fundo Municipal de Assistência Social de Saúde de Brejo Grande/SE (CNPJ nº. 14.635.220/0001-04);

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

3.13.2.2. Fundo Municipal de Saúde de Brejo Grande/SE (CNPJ nº. 11.367.495/0001-08).

3.4. Veículos que pertencem a frota do Município:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS		
ITEM	VEÍCULO	QUANTIDADES
1	RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND 95-B	1
2	RETROESCAVADEIRA JCB 63-2200	1
3	MOTO NIVELADORA CASE 845-B	1
4	TRATOR NEW HOLLAND TT 4030	1
5	TRATOR CASE 95	1
6	CAÇAMBA MERCEDES ATRON 27229 PLACA OZB 0147	1
7	CAÇAMBA VW 1719 PLACA QMG 7481	1
8	CAÇAMBA IVECO 1150E21 PLACA QML 2B82	1
9	CARROÇÃO BASCULANTE LUMA 7.500KG	1
10	CARROÇÃO TANQUE CEMAG 4.300 LITROS	1
11	CAMINHÃO PIPA 1719	1
12	TRATOR YAMAR	1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DO TRABALHO		
	NUMERAÇÃO	QUANTIDADES
1	FIAT PALIO PLACA QKS 8472	1
2	AIR CROSS CITROEM PLACA PBN 8171	1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ITEM	NUMERAÇÃO	QUANTIDADES
1	ÔNIBUS VW 15-190 PLACA IAO 7147	1
2	MICROÔNIBUS IVECO PLACA RQZ 9B07	1
3	MICROÔNIBUS IVECO PLACA RQZ 6E65	1

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
ITEM	NUMERAÇÃO	QUANTIDADES
1	AMBULÂNCIA FIAT FIORINO PLACA QMK 6H61	1
2	AMBULÂNCIA FIAT FIORINO PLACA QMM 5C83	1
3	FIAT TORO PLACA QKY - 4806	1
4	AMBULÂNCIA FIAT RQW – 5H06	1
5	AMBULÂNCIA FIAT RQW – 9B67	1
6	AMBULÂNCIA FIAT RQW – 8D95	1

4. DOS REQUISITOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Sustentabilidade

4.1.1. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS

a) O descarte e a utilização de pneus geram diversos impactos ambientais negativos significativos, principalmente devido à sua composição complexa e longa durabilidade. Os principais impactos incluem:

- **Longo Tempo de Decomposição:** Um pneu pode levar cerca de **600 anos** para se decompor no meio ambiente.
- **Proliferação de Doenças:** Pneus descartados incorretamente acumulam água da chuva, tornando-se locais propícios para a reprodução do mosquito *Aedes aegypti*, vetor de doenças como dengue, zika e chikungunya.
- **Poluição do Solo e Água:** Quando expostos ao sol e à chuva, pneus se degradam liberando produtos químicos, líquidos e gases que contaminam ecossistemas inteiros e o solo.
- **Emissão de Poluentes Tóxicos:** A queima de pneus (muitas vezes feita de forma ilegal) libera substâncias tóxicas na atmosfera, como dioxinas e furanos, além de contribuir para a poluição do ar com partículas finas e óxidos de nitrogênio.
- **Poluição por Microplásticos:** O desgaste dos pneus nas vias públicas gera micropartículas de borracha que são carregadas pela chuva para os rios e oceanos, representando um risco elevado para a biodiversidade aquática, sendo uma fonte de poluição microplástica superior a outras fontes urbanas.
- **Riscos de Incêndio:** Pilhas de pneus descartados são inflamáveis e, quando inflamadas, produzem incêndios de difícil controle, liberando fumaça tóxica e óleos contaminantes.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

- **Impacto na Produção:** A produção de pneus consome matérias-primas como borracha natural e derivados de petróleo, além de demandar alta tecnologia e energia, gerando impactos ambientais desde a sua fabricação.

4.1.2. MEDIDAS MITIGADORAS

a) As medidas mitigadoras para os impactos ambientais negativos gerados por pneus focam principalmente na gestão correta do seu ciclo de vida, desde a fabricação sustentável até a logística reversa e reciclagem, evitando o descarte em aterros ou na natureza, onde demoram até 600 anos para se decompor. **|**

- **Logística Reversa (Resolução CONAMA):** Fabricantes e importadores são obrigados a recolher pneus inutilizáveis na proporção de um para cada pneu novo introduzido no mercado, garantindo a destinação final ambientalmente adequada.
- **Reciclagem e Reutilização:** Transformação de pneus velhos em matéria-prima para outros produtos, como quadras esportivas, grama sintética, tapetes de automóveis e solas de sapatos.
- **Coprocessoamento:** Utilização de pneus inservíveis como combustível alternativo em fornos de cimento, aproveitando seu alto poder calorífico de forma controlada, substituindo combustíveis fósseis.
- **Asfalto-Borracha:** Incorporação de pó de borracha de pneus no asfalto, o que aumenta a durabilidade do pavimento e reduz a poluição sonora, ao mesmo tempo que dá destino nobre ao resíduo.
- **Desenvolvimento de "Pneus Verdes":** Uso de materiais mais sustentáveis e eficientes, como sílica de casca de arroz e óleo de soja, diminuindo a dependência de derivados de petróleo e reduzindo a emissão de dióxido de carbono ao diminuir a resistência ao rolamento.
- **Remoldagem e Recauchutagem:** Aumento da vida útil do pneu, adiando a necessidade de descarte, embora seja proibido para veículos de passeio por normas de segurança em alguns casos.
- **Destinação Final em Aterros Controlados:** Armazenamento seguro de pneus inservíveis para evitar o acúmulo de água e proliferação de vetores como o mosquito da dengue.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. Da Execução do Objeto

5.1.1. Os produtos deverão ser cotados em conformidade com as referências e especificações constantes deste edital, inclusive garantia contra defeitos, segundo as regras da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor;

5.1.2. Os materiais deverão ser entregues de forma parcelada, mediante solicitação da **Secretaria Municipal de Transportes, nos horários, locais e prazos (respeitado o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da ciência da ordem de serviços).**

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

5.1.3. O fornecimento em desacordo com o estipulado neste instrumento e na proposta do adjudicatário será rejeitado, parcial ou totalmente, conforme o caso e deverão ser substituídos no prazo máximo de até 03 (três) horas, contados da notificação do órgão demandante que poderá ser feita por correio eletrônico;

5.1.4. O fornecimento do (s) produto (s), quando solicitado, deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, considerando-se perfeitamente realizado o objeto licitado;

5.1.5.1. O prazo de garantia dos produtos, quando contratados **deverá ser no mínimo 12 (doze) meses.** contados da data de recebimentos, havendo garantia do fabricante está prevalecerá desde que não seja inferior à 12 (doze) meses, imputando-lhe os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos pela entrega em desconformidade com o especificado no termo de Referência/proposta caso não seja possível a troca imediata, tudo a encargo da CONTRATADA.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto

6.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

6.6.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto;

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

6.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.7. Fiscalização

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal titular **designado pela Secretaria Municipal de Transportes** (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8. Fiscalização Técnica

6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.8.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.9. Fiscalização Administrativa

6.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.10. Gestor do Contrato

6.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

6.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

6.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

6.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

6.10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

6.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

6.10.8 - A gestão do Contrato será feita pelo seguinte Gestor Senhor Orlaney Ferreira Barbosa.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

7. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.6. Da Liquidação

7.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.6.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.6.3.1. O prazo de validade;

7.6.3.2. A data da emissão;

7.6.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.6.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.6.3.5. O valor a pagar; e

7.6.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema,

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.9.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.9.2. Identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.14. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO:

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O contratado será selecionado por meio da realização Pregão Eletrônico com utilização do procedimento auxiliar de sistema de Registro de Preço, com fundamento na hipótese do art. 28, §1º, e do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. A proposta deve discriminar os valores com os gastos;

8.1.3. Conter o nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual, Inscrição Municipal ou do Distrito Federal;

8.1.4. Descrição do objeto, **Contendo Marca/Fabricante** sem prejuízo ao atendimento a todas as exigências e especificações.

8.1.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da apresentação;

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

8.1.6. A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com a especificação em conformidade com o solicitado.

8.2. Regime de execução:

8.2.1. O regime de execução do contrato será **PARCELADO**.

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

9.1. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e de regularidade trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, **conforme disciplinado no Anexo I do Edital**.

9.2. Qualificação Econômico-Financeira.

9.2.1. Certidão negativa de feitos sobre falência ou certidão cível expedida pelo distribuidor da sede do licitante. No caso do documento mencionado neste item não fixar prazo de validade, ([art. 69 inciso II da Lei 14.133/2021](#)).

9.2.2. Caso a referida certidão na apresente prazo de validade será considerado até 30 (trinta) dias da data de sua emissão.

9.2.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ([art. 69 inciso I da Lei 14.133/2021](#)), índice de liquidez geral igual ou maior do que 1 (um).

9.2.4. Estes índices deverão ser calculados e demonstrados, em documento, pelos licitantes de acordo as técnicas correntes de contabilidade, segundo a fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1$$

9.2.5. Os documentos referidos no item 9.2.3. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, ([art. 69 § 6º da Lei 14.133/2021](#)).

9.2.6. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de balanço de abertura ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

9.2.7. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.2.7.1. Publicados em diário oficial ou jornal de grande circulação;

9.2.7.2. Autenticados ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.2.7.3. Por cópia do livro diário, inclusive dos termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.2.7.4. O Balanço patrimonial deverá está assinado por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital, ([art. § 1º da Lei 14.133/2021](#)).

9.2.8. O licitante melhor qualificado, deverá apresentar declaração, assinada por profissional devidamente habilitado da área contábil, de preferência o assinante do balanço, que ateste o atendimento pela licitante dos índices econômicos solicitados neste edital, bem como a veracidade das informações ali postas, devendo constar na presente declaração memória de cálculos concernentes ao disposto no Balanço.

9.2.9. As empresas melhor classificadas deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

9.3. Qualificação Técnica

9.3.1. Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) que a empresa licitante já forneceu produtos similares ao objeto desta contratação.

9.3.2. Apresentar Certificado de Conformidade do **Inmetro** do Produto Vigente.

10. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

10.1. O valor total da contratação é de **R\$ 562.237,38 (Quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos)**.

10.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11- DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

11.1 – São responsabilidades da CONTRATADA, durante a vigência deste contrato:

11.1.1. Executar fielmente o objeto contratado, fornecendo os materiais em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;

11.1.2. Realizar as entregas dentro dos prazos estabelecidos, observando a frequência, os locais e os quantitativos definidos pela CONTRATANTE, de forma a garantir o abastecimento contínuo das unidades administrativas;

11.1.3. Substituir, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, os vasilhames danificados, deteriorados ou em condições inadequadas de uso, durante toda a vigência contratual;

11.1.4. Comunicar imediatamente e por escrito quaisquer intercorrências na execução do contrato, tais como problemas de fornecimento, extravio de vasilhames ou outras situações que comprometam a execução do objeto;

11.1.5. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais tributos incidentes sobre suas atividades, sem que haja vínculo trabalhista com a CONTRATANTE;

11.1.6. Designar formalmente preposto com poderes para representá-la na execução do contrato, inclusive para tratar de ocorrências, diligências, substituições de vasilhames e demais comunicações operacionais;

11.1.7. Manter canal de comunicação eficiente com a CONTRATANTE, assegurando respostas ágeis e formais, inclusive por meios eletrônicos, com posterior formalização escrita das tratativas urgentes;

11.1.8. Alocar todos os recursos humanos, logísticos, operacionais e tecnológicos necessários para a execução integral do objeto, sem repassar custos adicionais à CONTRATANTE;

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

11.1.9. Responder por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de falhas na entrega, no transporte ou na qualidade dos produtos, por ação ou omissão de seus prepostos ou decorrente da má execução contratual;

11.1.10. Obter, por sua conta, todas as licenças, autorizações e registros exigidos pelos órgãos competentes, como condição para exercício regular da atividade contratada;

11.1.11. Abster-se de ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do contrato sem a devida autorização formal da CONTRATANTE;

11.1.12. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, conforme art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021;

11.1.13. Garantir livre acesso aos registros e documentos vinculados à execução contratual aos agentes de fiscalização da Administração, bem como aos órgãos de controle interno e externo, especialmente ao Tribunal de Contas e à Controladoria Municipal.

11.2 – São responsabilidades da CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato:

11.2.1. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas neste contrato e nos documentos que o integram;

11.2.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre eventuais falhas ou irregularidades na execução do contrato, solicitando a correção imediata das inconformidades, às expensas da contratada;

11.2.3. Designar formalmente servidores responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução contratual, incluindo controle de entregas;

11.2.4. Comunicar à CONTRATADA sobre a emissão da nota fiscal referente aos fornecimentos efetivamente realizados, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

11.2.5. Efetuar o pagamento pelas entregas realizadas de acordo com os prazos e condições estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência;

11.2.6. Aplicar, quando cabíveis, as sanções e penalidades previstas neste instrumento e na legislação vigente, em caso de descumprimento contratual;

11.2.7. Informar ao setor jurídico da Administração sobre fatos relevantes ou descumprimentos que demandem providências legais, inclusive medidas judiciais ou extrajudiciais;

11.2.8. Emitir manifestação expressa sobre solicitações, esclarecimentos e pleitos formais da CONTRATADA, com observância do prazo legal e da razoabilidade;

11.2.9. Analisar e responder eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro em até 30 (trinta) dias, prorrogáveis mediante justificativa fundamentada;

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

11.2.10. Comunicar os fiadores ou garantidores da CONTRATADA em caso de abertura de processo administrativo para apuração de inadimplemento contratual;

11.2.11. Informar à CONTRATADA sobre alterações que afetem o objeto contratado, observando os requisitos legais de formalização, conforme art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

11.2.12. Eximir-se de qualquer responsabilidade por obrigações da CONTRATADA perante terceiros, inclusive em relação a danos causados por atos de seus prepostos, empregados ou subcontratados não autorizados.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento das Secretarias Demandantes.

12.1.1. Tendo em vista que a presente contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, não há, nesta fase, a obrigatoriedade de registro da dotação orçamentária, uma vez que o procedimento tem por finalidade apenas registrar preços e condições para futuras e eventuais aquisições, conforme demanda das unidades administrativas.

12.1.2. O art. 82 da Lei 14.133/2021 e o art. 4º do Decreto 11.462/2023 estabelecem que o registro de preços pode ser realizado sem a indicação do total a ser adquirido, especialmente em situações de imprevisibilidade de demanda, sendo obrigatória apenas a indicação do valor máximo da despesa, quando aplicável.

12.1.3. A efetiva previsão orçamentária e a vinculação à dotação correspondente ocorrerão no momento da formalização das adesões e emissões das respectivas **ordens de fornecimento**, ocasião em que será verificada a disponibilidade financeira da Administração.

12.1.4. Sendo assim, o registro de preços não gera obrigação imediata de contratação ou de despesa, mas apenas a possibilidade de futuras contratações, condicionadas à existência de dotação orçamentária disponível no momento da efetivação da contratação.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

13.2.4.3. O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

13.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 0,05% a 30% do valor do Contrato;

13.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 0,05% a 30% do valor do Contrato;

13.2.4.6. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 0,05% a 30% do valor do Contrato;

13.2.4.7. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 0,05% a 30% do valor do Contrato;

13.2.4.8. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 0,05% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

13.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

13.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#);

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

13.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

Brejo Grande/SE, 16 de março de 2026.

Jaqueline Gois Cardoso
Responsável pela Elaboração

Orlaney Ferreira Barbosa
Secretário Municipal de Transportes

APROVADO:

Luiz Carlos Ferreira
Prefeito do Município de Brejo Grande/SE